

Discurso na solenidade de instalação do Conselho Científico da Fundação Palmares-CNPq, e assinatura do protocolo de cooperação sobre a ação afirmativa no Instituto Rio Branco, através da concessão de “Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 21 DE MARÇO DE 2002.

Senhor Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira; Senhor Embaixador Osmar Chohfi, Ministro Interino das Relações Exteriores; Senhor Ministro Francisco Weffort, da Cultura; Senhor Embaixador Ronaldo Sardemberg, Ministro da Ciência e Tecnologia; Doutor Carlos Moura, Presidente da Fundação Palmares; Senhores Membros do Conselho Científico da Fundação Cultural Palmares; Senhores Parlamentares presentes; Senhoras e Senhores,

É com satisfação que participo, hoje, deste encontro, que marca o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Todos sabem do meu compromisso com esta causa, que é antigo. Desde quando era pesquisador, trabalhava nas questões raciais no Brasil, sob orientação de Roger Bastide e do Professor Florestan Fernandes. Isso já faz nem sei quantos anos, talvez sejam 50. Foi por aí, em 1952/53. Evidentemente, agora, que sou Presidente da República, com mais forte razão, tenho que ter presente o que sei sobre o Brasil, o que sabia, desde então, e o que penso a respeito dessa matéria.

Essa questão da discriminação racial é importante e deve ser tratada dessa maneira. Como acabamos de ouvir aqui, pelo Doutor Carlos Moura, a verdade é que o Brasil é uma nação plural e não foi capaz, ainda, de assegurar a plena inclusão da população negra – e não só da população negra, de algumas outras minorias – de uma maneira adequada, no nosso processo de desenvolvimento. Temos, ainda, contas a ajustar com um passado colonial e escravocrata, que tem custado muito.

Por isso, quero cumprimentar o CNPq e a Fundação Palmares pela iniciativa de criar esse Conselho, que vai organizar um conjunto de programas que são de interesse da população negra nas áreas da educação e da cultura.

Essas políticas de ações afirmativas, hoje, se tornam mais concretas, com o lançamento do Programa Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, que eu já havia até anunciado, no ano passado, na entrega do Prêmio Nacional dos Direitos Humanos.

Com a bolsa, instituída pelo Instituto Rio Branco, cujo Diretor está aqui presente, e pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos – e com o apoio do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia – muitos candidatos à carreira diplomática, especialmente os afrodescendentes e indígenas, poderão superar as restrições financeiras e preparar-se mais adequadamente para o concurso do Instituto Rio Branco.

O Instituto Rio Branco prepara os nossos diplomatas. Para que se tenha uma idéia do que significa acesso a essa escola, temos tido cerca de 3 mil concorrentes para 30 vagas. Portanto, é necessária uma preparação muito especial, para que se possa chegar e, depois, percorrer a carreira diplomática e ter a capacidade, como têm tido os nossos diplomatas, de defender os interesses do Brasil com firmeza e com competência. Firmeza, sem competência, não adianta. Só competência, sem firmeza, menos ainda. Mas é isso que se faz, no Instituto Rio Branco, com firmeza e competência.

É natural que o Brasil, que tem uma população afrodescendente da magnitude da nossa, não pode deixar de ter uma preocupação de vê-la representada, de uma maneira mais adequada, nas lides diplomáticas, assim como em outros setores de atividade.

Tenho certeza de que, com isso e com o tempo, vamos ter diplomatas de origem afrodescendente ou indígena, com a mesma capacidade de lutar pelo Brasil. É muito importante, também, no dia em que se fala de discriminação racial, não esquecer das outras discriminações, inclusive de gênero. Quanto mais mulheres nós pudermos ter ingressando na carreira diplomática, melhor. Temos tido a possibilidade, já, de promover algumas mulheres ao mais alto grau da carreira. Mas ainda estamos longe daquela proporção correspondente à proporção de mulheres na população brasileira.

Os homens que se cuidem, porque, quando se olha a formação das escolas brasileiras, vê-se que, hoje, o número de mulheres que terminam o curso é crescentemente maior que o de homens. De modo que, no futuro, para sermos justos, vamos ter que ter mais mulheres do que homens na carreira diplomática, a menos que haja uma reação positiva dos homens. Que estudem mais!

Só assim, naturalmente, se tivermos políticas dessa natureza, é que vamos ter, efetivamente, não só uma diplomacia mais representativa do Brasil, mas um Brasil mais justo para com todos os seus filhos.

Esse é o nosso compromisso de Governo: criar mecanismos que permitam a inclusão social. Na verdade, estamos, também, aqui, diante de um convênio no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, de tal maneira que as políticas públicas de hoje começam a refletir mais avanços na igualdade.

Hoje, sabemos que o fundamental, em qualquer das atividades, é o conhecimento. Precisamos ter, efetivamente uma capacidade maior de produção de conhecimento. Só isso é que vai permitir, também, que o Brasil reafirme os seus valores, inclusive os nossos valores de pluralismo cultural e de convivência interétnica, de uma maneira adequada. Mais do que nunca, isso cria oportunidades e produz riqueza. Porque, senão, vamos ter, além da diferença entre ricos e pobres, a diferença tão cruel quanto essa que é dos que mais sabem com aqueles que menos sabem, ou dos que, às vezes, não sabem quase nada. E nós não queremos isso.

Não queremos, também, que a nossa cultura seja reflexo só de um dos seus formadores. Não queremos saber de uma uniformização da cultura.

Se há uma característica, no Brasil, que nos faz orgulhosos dela, é a diversidade cultural, a confluência de raças e de tradições, esse pluralismo que é, realmente, o traço distintivo não apenas nosso, mas do que possa vir a ser um século XXI menos penoso do que os séculos anteriores.

Ou o século XXI aceita a diversidade, aceita o outro como ele é e permite a criação de um ambiente de convivência, ou teremos o que antigamente se chamava – hoje, não está muito longe de ser a mesma coisa – a barbárie que, no fundo, é a intolerância. Quando não se aceita o outro, em certas circunstâncias se quer matar o outro.

Não é isso que queremos como futuro. Queremos o contrário. Queremos valorizar as nossas raízes culturais, guardar as nossas características históricas básicas. E transformar tudo isso numa espécie de emblema do Brasil, para seu ingresso no convívio das nações do século XXI. Mais do que para seu ingresso, para seu papel ativo, como um país sobre o qual possamos, efetivamente, dizer que aqui convivemos bem. Por enquanto, é o nosso projeto, não é a nossa realidade.

Não existe, na cultura, um traço de intolerância, mas na vida, sim. Na vida, na objetividade das coisas, as limitações ainda são grandes. Precisamos fazer um movimento de modificação disso.

Quero, também, concordar com o que já foi dito aqui. Sem que o movimento negro seja ativo, essa transformação não vai ocorrer. Nas sociedades, as mudanças não ocorrem, pura e simplesmente, nem sequer pela boa vontade, nem sequer quando a lei permite, nem sequer quando o Governo é ilustrado ou mesmo iluminado. Se não houver, realmente, luta, não há modificação. Nada substitui a prática cotidiana das lutas sociais.

Digo isso com toda tranqüilidade, como Presidente, como já dizia antes, como sociólogo. Cabe ao Governo entender esse processo. Não cabe ao Governo dizer sim a tudo, mas cabe ao Governo entender que, se não houver uma pressão para mais, não se consegue nada.

É preciso, portanto, haver um processo permanente, na sociedade, de reivindicação e de luta. É isso que temos tentado fazer aqui, no Brasil.

A idéia de que somos de uma forma específica é antiga. O Padre Antônio Vieira, no século XVII, já dizia que “o Brasil tem o corpo na

América e a alma na África”. Isso lá no século XVII. Bom, isso, hoje, é mais do que proclamado.

Como temos a alma na África e o corpo na América, é preciso recordar que a América não está tão longe da África. Portanto, esse corpo deve se aproximar mais, no sentido de um apoio, também, efetivo, às lutas e às transformações que ocorrem na África.

Ao mesmo tempo em que temos, aqui, uma série de programas, no Brasil, de valorização dos afrodescendentes, a nossa política externa tem sido muito ativa, também, na aproximação com os países africanos. Mais: eu até diria que a prova dos nove da possibilidade de uma globalização mais solidária depende do que se faça com a África. O que estou dizendo, hoje, aqui neste ambiente brasileiro, portanto, interétnico e multicultural, eu disse, recentemente, em Estocolmo, numa reunião onde havia dez ou doze Presidentes de alguns países, inclusive vários dos mais importantes países do mundo, numa reunião da chamada Governança Progressista. Eu disse: “Olhem, tudo bem. Estamos aqui com uma excelente discussão a respeito do que fazer para melhorar as nossas práticas de Governo, mas, se pensarmos coletivamente as práticas de governo, se quisermos uma governança mundial progressista, depende do que vamos fazer com a África.”

É claro que não é só a África. O Brasil está cheio de bolsões de miséria. A América Latina está cheia de bolsões de miséria. Mas, em nenhum lugar a miséria se concentrou tanto quanto em certas regiões da África. E não há razão para isso. Não há razão para que a comunidade internacional, sabendo que é assim, não tome medidas práticas nessa direção.

Devo dizer que, como consequência desse nosso encontro em Estocolmo, pedimos ao ex-Presidente Bill Clinton, que participou, anteriormente, dessas reuniões, que se encarregasse, em nosso nome, de manter mais viva a questão africana, não só nos Estados Unidos, mas nos vários fóruns. E o ex-Presidente Clinton deve estar se preparando, se é que já não foi, para novas viagens à África, para levantar as questões fundamentais da igualdade entre os povos, porque, no fundo, a luta contra o racismo implica também essa dimensão.

Sei também que, quando se fala em discriminação, não podemos estar pensando apenas, no caso brasileiro, na discriminação contra o negro. Também com relação ao indígena existe uma preocupação ativa de verificar que haja uma mudança de atitudes e também de práticas, como nos quilombolas, na demarcação de terras, etc. No caso indígena, essa é uma questão muito aguda. O Governo tem demarcado as terras indígenas. Talvez, nenhum Governo tenha demarcado mais terras indígenas do que nesses sete ou oito anos. Demarcamos muita terra indígena. Mas, ainda assim, existem problemas. E existem problemas fortes de discriminação em certas regiões do Brasil, de percepção equivocada da questão indígena no Brasil.

Quantas vezes ouvi dizer: “Ah, mas tão pouco índio e tanta terra”, como se a relação não fosse uma relação de cultura, como se fosse uma relação de pessoas e não de cultura, que, naturalmente, exige, muitas vezes, um deslocamento no espaço de tipo diferente da cultura predominante em outras áreas do Brasil. É preciso também ter atenção e seguir o que foi o resultado da Conferência de Durban, em que, na verdade, essa tendência da implantação de novas políticas afirmativas tem sido bastante ressaltada.

No caso dos indígenas também, temos feito um esforço grande no que diz respeito ao ensino em língua indígena. Se tiverem a curiosidade de ver os livros publicados pelo Ministério da Educação para o ensino de línguas indígenas, verão que houve um esforço muito grande, efetivamente, de organizar as gramáticas, de coletar, enfim, as culturas e de, ao mesmo tempo em que se ensina o português, ensinar-se os vários idiomas das nossas populações indígenas. Uma vez, fiquei muito contente, porque fui a Iauaretê, que é uma região do Brasil, lá na fronteira da Colômbia, e entrei em uma escola. E lá, estava havendo aula de duas línguas: português e tucano. Tucano, eu gostei muito.

Evidentemente, ao mencionar que estamos, agora, com o Ministério da Ciência e Tecnologia nos organizando para ajudar um conselho científico da Fundação Palmares; que temos o Planfor, que também se preocupa com a questão específica da discriminação; que estamos tentando regularizar as antigas terras de africanos que fugiram da escravi-

dão, as terras de indígenas e tudo isso, não estou querendo dizer que as coisas estão resolvidas. Não é assim. Por isso, fiz referência ao movimento social, que tem que ser constante. Podemos ver que há muitos problemas. Mas precisaria se ter má-fé para não se aceitar o que, efetivamente, o Governo pôde dar de organização institucional e de sinal de que é preciso ir por um certo caminho.

É claro que temos que evitar também, por outro lado, um certo tipo de radicalismo, que sempre vê tudo errado, mas que não ajuda a construir o certo. Quem tem, realmente, uma consciência efetiva da história, quem se sente responsável pela melhoria das condições de vida das populações não pode, evidentemente, deixar de ter a indignação necessária para criticar, mas tem que entender que a transformação não é tarefa de um dia só, nem é, às vezes, como no caso desse tipo de problemas, sequer de um Governo ou mesmo de um, dois, três mandatos ou quatro ou o que seja. Leva tempo.

Não digo isso para desaconselhar a indignação e a exigência de mais. Digo isso para que não nos percamos só em um primeiro movimento de revolta. A este deve seguir-se um movimento de proposta, deve seguir-se um movimento de construção.

De qualquer maneira, o que eu queria mesmo, hoje, que é o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, é reafirmar que essas formas de intolerância e de racismo, evidentemente, contrariam a noção de direitos humanos e tocam na própria essência da democracia. Por isso, fiquei muito feliz. Nem me lembrava de ter dito o que foi redito aqui, que eu teria escrito, sei lá quando – escrevi já tanto. Mas, de qualquer maneira, não mudei de ponto de vista: a democracia implica uma forte afirmação da igualdade. E a igualdade não se faz com palavra, mas com gestos, sem dúvida, com símbolos, mas também com caminhos práticos, que permitam às pessoas avançarem mais.

Portanto, quero, aqui, agradecer aos membros desse novo Conselho e aos Ministérios que estão se organizando por termos dado mais um passo. Sobretudo, gostaria de ver os resultados desse movimento, no caso do Itamaraty, da possibilidade de um treinamento específico para dar condições melhores de competitividade, porque no dia em que não

tivermos que nos preocupar mais com isso, no dia em que a igualdade for natural, não dependa mesmo de uma ação afirmativa, aí, sim, vamos dizer: o Brasil realmente é uma democracia.

Muito obrigado.